

# AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA POPULAR: POSSIBILIDADES PARA A RESISTÊNCIA TERRITORIAL CAMONESA FRENTE AO AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Ana Paula Nusda <sup>1</sup>  
Celbo Antonio da Fonseca Rosas <sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é problematizar a Agroecologia e Reforma Agrária Popular enquanto possibilidades para a evolução de resoluções para o problema tanto da questão agrária no campo brasileiro, como da insuficiência do atual modo de produção da agricultura capitalista, o qual tem se demonstrado insustentável em tempos de mudanças climáticas e degradação dos recursos naturais e que é ainda, socialmente excludente. Assim debate-se sobre algumas particularidades da crise do modelo de agricultura convencional, numa tentativa de demonstrar algumas consequências geradas pelo seu desenvolvimento. A seguir, argumenta-se sobre a importância de estratégias práticas e territorializadas que norteiam as alternativas a esse processo, sendo estas, representadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual possibilita a (i)materialização da luta e resistência camponesa, através do intenso embate das disputas territoriais no campo brasileiro. Ao final argumenta-se brevemente sobre um território agroecológico em construção, sendo este localizado no Paraná, numa região dominada pelo agronegócio e pertencente ao MST. Assim, destaca-se que este é um dos territórios alternativos, que representa os propósitos do debate presente neste trabalho.

**Palavras-chave:** Agricultura convencional, Agroecologia, Reforma Agrária Popular, Contraposição.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to problematize Agroecology and Popular Agrarian Reform as possibilities for the evolution of resolutions to the problem of both the agrarian issue in the Brazilian countryside, and the insufficiency of the current mode of production of capitalist agriculture, which has proven unsustainable in times of climate change and degradation of natural resources and which is also socially exclusionary. Thus, we debate some particularities of the crisis of the conventional agriculture model, in an attempt to demonstrate some consequences generated by its development. Next, we argue about the importance of practical and territorialized strategies that guide the alternatives to this process, which are represented by the Landless Rural Workers Movement (MST), which enables the (i)materialization of peasant struggle and resistance. , through the intense clash of territorial disputes in the Brazilian countryside. At the end, an agroecological territory under construction is briefly discussed, located in Paraná, in a region dominated by agribusiness and belonging to the Movement. Therefore, it is highlighted that this is one of the alternative territories, which represents the purposes of the debate present in this work.

**Keywords:** Conventional Agriculture, Agroecology, Popular Agrarian Reform, Contraposition.

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, [apnusda@gmail.com](mailto:apnusda@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, [celboantonio@uepg.br](mailto:celboantonio@uepg.br)

Considerando que o modelo agrário atual está pautado na exacerbada exploração capitalista da força de trabalho e produção, na grande concentração de terra/renda, na utilização extrema de recursos naturais e ainda se constitui como potencial agressor ao ambiente, percebe-se que é muito pertinente problematizar a necessidade emergente de alternativas a esse modelo hegemônico, o qual está embasado nos métodos e técnicas provenientes dos moldes da “Revolução Verde” e recentemente atrelado ao desenvolvimento de políticas de incentivo ao *capitalismo corporativo globalizado* (ALTIERI, 2021).

Tal modelo difuso pelo território brasileiro, pode ser percebido em diversas dimensões da sociedade, sendo estas econômicas, políticas, sociais, sanitárias e ambientais, de modo que as suas consequências estão a cada dia, sendo mais evidenciadas. Sendo assim, o Brasil, um país cuja formação territorial foi marcada por profundas desigualdades socioespaciais, a estrutura agrária reproduz processos históricos de concentração fundiária e da inserção seletiva de suas elites agrárias na Divisão Internacional do Trabalho. Nas últimas décadas o país acentuou sua matriz agroexportadora, principalmente através da disseminação de grandes monoculturas de exportação sob o espaço rural.

O Estado do Paraná, marcado economicamente pela produção agropecuária, teve sua formação territorial fortemente associada à expansão da fronteira agrícola, ao desenvolvimento de um modelo agrícola com alto teor de mecanização e voltado para a produção e exportação de *commodities* agrícolas, tornando-se um dos maiores produtores de grãos do país, principalmente de soja (FAJARDO, 2008). Tal realidade se reflete também no município de Castro, onde o espaço agrícola vem sendo moldado conforme a orientação econômica do agronegócio, com o avanço e predomínio de grandes propriedades rurais muito mecanizadas, fato visivelmente observável através das paisagens regionais, que constantemente são transformadas por essa atividade predominante.

As discussões apresentadas neste trabalho, visam aprofundar este debate já desenvolvido na Geografia, mas que ainda necessita de novas apreensões. Desta maneira, apresenta-se num primeiro momento, algumas análises sobre a formação e a crise do modelo de agricultura convencional, numa tentativa de demonstrar as particularidades sobre tal e algumas consequências geradas pelo seu desenvolvimento. A seguir, argumenta-se sobre a importância de estratégias práticas e territorializadas que norteiam as alternativas a esse processo, sendo estas, representadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST) o qual possibilita a materialização da luta e resistência camponesa, através do intenso embate das disputas territoriais no campo brasileiro.

Desta forma, haverá o debate teórico sobre Reforma Agrária Popular e Agroecologia enquanto possibilidades para a evolução de resoluções para o problema tanto da questão agrária no campo brasileiro como da insuficiência do atual modo de produção da agricultura capitalista, o qual tem se demonstrado insustentável em tempos de mudanças climáticas e degradação dos recursos naturais e que é ainda, socialmente excludente. Ao final é apresentado brevemente sobre o Acampamento Maria Rosa do Contestado, localizado em Castro-PR, que é um dos territórios alternativos do MST, que representa os propósitos do debate presente neste trabalho.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho caracteriza um debate teórico com suporte bibliográfico e observação a campo acerca do tema abordado. Neste sentido, serão apresentados alguns dados analíticos e empíricos encontrados no âmbito de pesquisa de mestrado, que se encontra em desenvolvimento.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A agricultura é uma atividade muito antiga, sendo condição necessária à sobrevivência dos grupos humanos na Terra. Entretanto, observa-se que a partir do aprimoramento tecnológico das sociedades, e do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, esta atividade tem se tornado cada vez mais agressiva ao ambiente, excludente e concentradora.

Tal situação revela-se insustentável, visto as condições que permeiam e possibilitam a vida e sobrevivência do sistema ecológico e social na Terra, que se encontram visivelmente colapsando. Constata-se que esse processo é caracterizado pela passagem de uma estrutura que mantinha as suas bases produtivas numa relação mais respeitosa entre Humano-Natureza, por outra onde predomina o domínio do Humano sobre a Natureza. De acordo com Santos (2001, p.62) “Toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo”.

Nestas condições, tudo é transformado em mercadoria, a vida se torna um espaço competitivo das ambições de grupos ou pessoas que veem na natureza, a materialidade para a acumulação capitalista. Para Santos (2001, p. 20) “A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas.”

Esta condição foi impulsionada pelos interesses e avanço do modelo capitalista que a princípio tomou conta das cidades, promovendo expropriações e grandes problemas sociais e ganhando grandes proporções, chegando a dominar na atualidade, também o campo. Sendo assim, houve grandes transformações no modo de vida da população no rural, tanto espacialmente quanto territorialmente. Essa conjuntura avolumou-se após o período da industrialização da agricultura (Martins, 1997).

Verifica-se que o início dessa mudança se deu logo após a Segunda Guerra Mundial nos países desenvolvidos, sendo transferida para o Brasil a partir de meados dos anos de 1960-1970 (FAJARDO,2008). Através desse processo, ocorreu a transformação social na divisão do trabalho, resultado da substituição de trabalhadores “braçais” pelos maquinários, intensificando o processo de assalariamento nas grandes “propriedades modernizadas”. Desta maneira, houve o aumento do êxodo rural através da expropriação dos pequenos produtores e de camponeses que não conseguem coexistir e sobreviver enquanto tais nas condições impostas pela modernização. Deste modo, procuram “refúgio” nas cidades e acabam proliferando-se nas periferias urbanas (Martins, 1997).

Constata-se também, que através da intensificação e aperfeiçoamento técnico, a agricultura pós modernização acarretou também, uma transformação estrutural espacial, ou seja, o remanejamento das suas bases produtivas, as quais moldam o espaço agrário “moderno”. Deste modo, associando a produção à utilização massiva de produtos sintéticos produzidos pela indústria, sendo desde os maquinários, as sementes, fertilizantes, e os chamados defensivos agrícolas ou agrotóxicos.

Tal processo resultou, nos anos finais do século XX, no aprofundamento destas relações, tanto na estrutura territorial, quanto social do espaço agrário brasileiro, com o surgimento dos chamados Complexos Agroindustriais, os quais formaram-se historicamente através da fusão entre indústria, agricultura e o capital internacional, e que com forte apoio do Estado através de incentivos fiscais, estruturais e financeiros transformaram a estrutura agrícola brasileira, que se encontra atualmente dominada pela territorialização de grandes corporações e multinacionais do agronegócio que detêm o monopólio da produção, comércio, distribuição de produtos e ainda das terras agrícolas brasileiras (Fajardo, 2008).

Tais fatos apresentados ocasionaram grandes desigualdades no rural brasileiro, seja através da retenção da terra, renda e poder, acentuando a concentração de riquezas, centralizando territórios e também as tecnologias e sujeitando os camponeses às condições impostas pelo grande capital, ou excluindo-os das condições em que viviam e mantinham suas relações sociais no espaço (Fernandes, 2014).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (Brasil, 2018)<sup>3</sup>, deixam claro que as terras agricultáveis no Brasil se encontram nas “mãos” de poucos. Ressalte-se que este processo foi constituído através dos últimos quinhentos anos, pois, a concentração de terras no país vem sendo moldada desde o período da “colonização”, ou seja, através da apropriação e distribuição irregular das terras brasileiras pelos “colonizadores”. Desse modo, a situação dada na atualidade, se reverberou a contento de uma elite agrária, que se destaca na economia e política nos dias atuais.

Tal problemática pode ser verificada também no estado do Paraná, o qual teve a sua formação territorial caracterizada historicamente pelos vários ciclos econômicos desenvolvidos e que modificaram suas paisagens e constituíram várias peculiaridades regionais e culturais, como o tropeirismo, o extrativismo da madeira, da erva-mate, do café e, mais recentemente, da soja. Aliados a esses processos, diversas iniciativas de povoamento, principalmente através do incentivo à imigração europeia, caracterizaram a formação territorial e econômica do estado (Fajardo, 2008).

A concentração fundiária paranaense originou-se com características peculiares, através de uma colonização estatal que atendia os interesses privados, da classe dominante na época e que aumentou com a Lei de Terras de 1850. Esse processo foi se ampliando com o passar do tempo, através de ocupações e concessões fraudulentas, esses grupos dominantes apropriaram-se de grandes extensões de terras (Rosas, 2016).

Embora o “Estado” durante alguns governos “mais” populares tenha tentado implementar políticas públicas ou leis para tentar intervir sobre esta realidade, elas não foram suficientes ou não conseguiram atingir os seus objetivos, e ainda é observado que o histórico de ação estatal para o problema fundiário e social no campo brasileiro, foi de privilegiar a agricultura capitalista desfavorecendo a camponesa (Fernandes, 2014).

Além da questão da concentração das terras no Brasil e exclusão territorial camponesa, o aumento dos problemas socioambientais, de saúde e da fome, estão intimamente relacionados com o modelo atual de produção agrícola. O consumo de produtos industrializados, com pouco teor nutricional e ainda contaminados por agroquímicos, estão em grande medida acarretando graves consequências para a saúde humana.

Nos países assim chamados “em desenvolvimento”, a modernização agrícola levou a uma perda de segurança alimentar vinculada à desagregação socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica das

---

<sup>3</sup> Os resultados trazem que no Brasil existiam até o ano de 2017, 5. 073. 324 estabelecimentos rurais distribuídos numa área de 351 milhões de hectares, sendo que 70% do número desses estabelecimentos ocupam áreas entre 1 a 50 hectares, portanto, conclui-se que as terras agricultáveis no Brasil estão dominadas pela minoria dos estabelecimentos (BRASIL, 2018).



comunidades rurais tradicionais e de seus diversificados sistemas de produção de alimentos – no contexto de um sistema alimentar corporativo globalizado e movido por acordos de livre comércio (Altieri, 2021, p. 247.)

O modo operacional deste sistema, baseado na produção de monoculturas, as chamadas *commodities* agrícolas destinadas ao mercado externo, contribui para a insegurança alimentar, sendo que esta já possui índices muito elevados no Brasil. De acordo com o último relatório produzido pela Rede PENSSAN<sup>4</sup> (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), o problema da fome retornou ao Brasil nos últimos anos, sendo agravada com a pandemia da Covid-19, chegando a atingir 33,1 milhões de pessoas no ano de 2022 (PENSSAN, 2022).

Mesmo em tempos em que a agricultura capitalista bate recordes em produção e consequentemente lucro, o aumento da fome no Brasil revela o quão desigual é esse sistema. Produz-se mercadoria e não comida de verdade.

Em relação aos desafios e consequências da agricultura capitalista, estão ainda os de cunho socioambiental. A possibilidade do esgotamento dos recursos naturais não renováveis, os quais são essenciais para o seu desenvolvimento, assim como condição de sobrevivência da vida humana na Terra, é um fator que deve ser considerado, já que a agricultura necessita expressivamente de tais recursos.

A contaminação destes e também dos seres vivos por resíduos agroquímicos é uma destas questões que são desveladas e que necessitam de especial atenção. Nos humanos, tal efeito pode ocorrer tanto de forma direta, ou seja, pelo contato físico com o produto, que normalmente se dá no momento do seu manuseio ou indiretamente, quando da contaminação através do ar ou pelos alimentos ingeridos. Nas águas, o mesmo acontece, quando jatos desses produtos são lançados diretamente nos rios e lagos durante a aplicação, ou através do próprio solo, onde os resíduos podem infiltrar, atingindo os lençóis freáticos, ou ainda há a possibilidade de transporte pela chuva (Carneiro; et al, 2015).

Diversos estudos e pesquisas demonstram os efeitos nocivos da utilização dos agrotóxicos, tanto para a saúde, como para o ambiente, porém, fabricantes, comerciantes e agricultores defendem e continuam com sua utilização. O Brasil é atualmente, o país que mais utiliza agrotóxicos no mundo, indo na contramão de muitos outros países que avaliam e consideram os seus malefícios (Carneiro; et al, 2015).

Deve-se considerar que além da contaminação do ambiente pelo uso desses produtos químicos, há a sua destruição para o aumento das áreas agricultáveis, ou seja, para a expansão

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

da fronteira agrícola. O desmatamento no Brasil, que em parte já tem um histórico considerável estando sempre atrelado à exploração econômica desde o período do Brasil colônia, atingiu nos últimos tempos índices alarmantes.

Tal situação é preocupante, já que além das causas da diminuição da biodiversidade e a relação da perda das florestas com as mudanças climáticas e o aquecimento global, tem-se o risco do surgimento de novas cepas de vírus como o SARS CoV-2 causador da Covid-19 (Altieri, Nicholls, 2020).

A necessidade do desenvolvimento de um modelo agrícola voltado para a produção agroalimentar que conserve e proteja a Natureza é inadiável, considerando as graves consequências geradas pelo atual que “vem se mostrando cada vez mais vulnerável a choques externos inesperados, como desastres naturais ou pandemias” (Altieri, 2021, p.250).

Além disso, considera-se muito pertinente as discussões e debates em torno da construção de projetos que visem à (re)distribuição de terras e a (re)territorialização camponesa, intencionando para o enfrentamento aos problemas relacionados à questão agrária no campo brasileiro, já que esta é histórica e geradora de conflitualidades que precisam ser superadas (Fernandes, 2014).

Ressalta-se que tais projetos, devem estar pautados nos princípios e objetivos da Reforma Agrária Popular, defendida na América Latina e em várias outras regiões do mundo, principalmente pelos Movimentos Socioterritoriais, que no Brasil, destes, o que tem maior representatividade é o MST.

Os Movimentos Socioterritoriais são aqueles que lutam pelo Território. Tal apreensão objetiva esclarecer as diferenças existentes entre as diversas possíveis leituras dos Movimentos Sociais pela Geografia, já que eles se tornaram foco de investigação desta ciência num período histórico relativamente recente.

De acordo com Pedon (2013) no Brasil, tal passagem se dá no período de renovação da Geografia, quando da transição da Geografia Tradicional para a Geografia Crítica nos anos de 1970 e 1980. Com novas compreensões no âmbito desta ciência sobre as relações sociais envolvidas nos processos de construção dos espaços de vivência e a crítica ao Ser-Humano no espaço geográfico, pois este anteriormente era tido como objeto contido no espaço e não como um construtor social do espaço.

Pode-se aferir que toda ação humana no espaço geográfico, confere um desejo ou uma *intencionalidade*, que concomitantemente vai produzir outros tipos de espaços, que mantém interações e se completam a todo instante. A partir desta relação, o espaço torna-se uma totalidade e ao mesmo tempo *multidimensional*, já que é “formado por um conjunto

indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p.39). Confere-se que os objetos são a natureza e as coisas, criadas pelo Humano que através do trabalho e técnica projeta no espaço a sua energia ou intencionalidade, que vai produzir e ao mesmo tempo ser produto espacial, através das relações sociais, considerando que estas “produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços” (Fernandes, 2005, p.26).

Desta intencionalidade podem surgir diferentes leituras espaciais e que conforme for projetada, pode gerar conflitualidades e disputas entre sujeitos com seus respectivos interesses, sendo que estes podem ser dominantes ou não. A partir desta relação tem-se a formação do Território, que é “o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (Fernandes, 2005, p.27).

As diversas manifestações sociais realizadas no espaço, podem ser traduzidas em ações correlacionadas com a produção de diferentes formas territoriais, estas podendo ser delimitadas abstratamente ou materialmente. Deste modo, conclui-se que o território se forma a partir do espaço das intencionalidades dos diversos sujeitos.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (Raffestin, 1993, p 144).

Assim, as intencionalidades projetadas no espaço agrário atual, e como já apresentado tem um histórico longo, divergem e estão em constante embate, sendo representado por camponeses que lutam pelo seu espaço e autonomia frente à expansão e hegemonia da agricultura capitalista. Portanto, as conflitualidades geradas no campo, são produto da correlação de forças das disputas por modelos de desenvolvimento territorial, que no campo brasileiro, são expressadas pela disputa entre o agronegócio e o campesinato (Fernandes, 2005).

Vale destacar que através desta leitura têm-se de um lado os camponeses que organizados, lutam e resistem contra a expropriação e exploração capitalista representadas pelo agronegócio e este utiliza estratégias para conseguir se perpetuar enquanto único meio de desenvolvimento para o campo, utilizando-se destas, para atingir seus objetivos.

A luta pela terra é histórica no Brasil, sendo sempre marcada pela violência e conflitualidade. De acordo com Martins (1997), os conflitos sociais são inerentes ao processo de ocupação e desenvolvimento do país, que geraram resistência, primeiramente representada



por indígenas que lutaram contra o processo de “colonização” ou de expropriação territorial pelos portugueses “colonizadores”, e também através da luta quilombola, organizada pelos escravizados e por seus descendentes nos períodos de escravidão e ainda pós escravidão, pois como é sabido, estes foram libertos e ao mesmo tempo, lançados à margem da sociedade elitista detentora da propriedade privada, originada do período colonial e regulamentada pela Lei de Terras de 1850.

Desta forma, a resistência e persistência nesta luta, no país, tem um histórico longo, porém em nenhum outro momento esteve tão organizada, pois, o MST originou-se de outros grupos que reivindicavam terras e condições de sobrevivência no campo brasileiro desde tempos remotos e que foram duramente reprimidos e suprimidos nos tempos de governos ditatoriais. Esta ação, se deu pelo interesse desse Estado em preservar a estrutura latifundiária e opressora no campo, além de intencionar para a dita modernização da agricultura.

O MST se organizou em 1984 na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, tendo como marco a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra, embora a sua organização e a ocorrência de algumas ocupações de terra pelo movimento, datam de algum tempo antes. Dentre seus objetivos estão a luta pela terra, mas também a resistência na disputa por um modelo de desenvolvimento alternativo ao capitalista, que seja basilar para uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna (Fernandes, 2012).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil (Fernandes, 2012, p.17).

A principal forma de atuação deste Movimento se dá através de ocupações de terras que não estejam cumprindo sua função social ou institucionalmente irregulares, visando pressionar o Estado para que se cumpram os pressupostos da Constituição Federal de 1988 no Artigo 186, que institui:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASI, 2018)

O MST atua hoje, em todos os estados da Federação e ainda tem enorme força na luta contra o projeto capitalista que detém a hegemonia e que avança constantemente no espaço rural, contribuindo para o aumento das desigualdades (Fernandes, 2012).

Os pressupostos da Reforma Agrária Popular defendida pelo MST em busca da (re) territorialização camponesa no espaço agrário brasileiro, estão baseados em princípios que buscam o desenvolvimento de um outro modelo de sociedade, alinhando as necessidades dos povos do campo mas também os da cidade, das florestas e das águas. Desta maneira propõe alguns objetivos que norteiam a sua luta em busca de uma sociedade mais igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável (MST, 2021).

Desde a conscientização ideológica e política no Movimento sobre os pressupostos da Reforma Agrária Popular, percebe-se também, uma mudança nos modelos de produção, antes alinhados com o projeto produtivista e convencional da agricultura moderna passando a adotar os princípios da Agroecologia nas práticas agrícolas nos Assentamentos e Acampamentos, apesar desta já estar em debate na agenda política do MST há algum tempo (Gonçalves, 2008).

Das diversas conceituações do que é a Agroecologia, entende-se que esta pode ser considerada enquanto ciência, movimento ou técnica. Ciência, desenvolvida entre diversas disciplinas científicas, sendo que estas devem reconhecer os conhecimentos tradicionais; movimento, realizado por várias organizações e sociedade civil; técnica, empregada com consciência ecológica. Portanto, pode se constituir em um novo modelo estratégico “para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas mais sustentáveis” (Caporal, 2009, p.7).

A Agroecologia propõe que o manejo dos sistemas agrícolas, parta de uma visão espacialmente integral, onde todo o processo deve ser levado em consideração. Portanto, valoriza a interdependência entre as dimensões de todo o agroecossistema, as quais vão dar sustentação à produção a partir da valorização de princípios da sustentabilidade, ainda propiciando que o mesmo se autorregule.

Então, quando se faz referência à Agroecologia está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias “puras”, pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (Caporal, 2009, p. 8).

Assim, pode-se compreender a atividade agroecológica enquanto uma forma de contraposição à exploração desmedida do meio biótico e abiótico realizada pela agricultura convencional moderna. Desta maneira podendo constituir a transição para sistemas agrícolas

que sejam “produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis” (Altieri, 2012, p.105) e ainda resilientes, autossuficientes e realmente sustentáveis, baseados nos conceitos e princípios ecológicos propostos pela Agroecologia.

Tais princípios já em parte são garantidos pela agricultura tradicional camponesa que resiste aos métodos convencionais da produção industrial capitalista, nos campos. Altieri sugere que:

Ao longo dos séculos, gerações de agricultores desenvolveram sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados. Com o passar do tempo, esses sistemas foram sendo manejados, testados e aprimorados por meio de práticas engenhosas, muitas vezes conseguindo garantir a segurança alimentar da comunidade e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais (Altieri, 2012, p. 159)

Dessa maneira percebe-se um alinhamento entre os métodos e modos de produção camponesa com os pressupostos da Agroecologia, já que aqueles estão intrinsecamente relacionados com uma abordagem sistêmica da relação Humano-Meio, podendo garantir ao mesmo tempo alimentação à comunidade local e a sustentabilidade ambiental.

O debate em torno do enfoque agroecológico vem ganhando maior propulsão nos últimos anos, tendo como principais atores envolvidos nesse processo os Movimentos Sociais, cientistas de diversas áreas, universidades, organizações não governamentais e da sociedade civil, todos estes preocupados com o andar das crises que atingem a Terra.

No Estado, tal ação pode ser percebida dentre alguns setores, porém ainda há um silenciamento em relação ao assunto visto ser uma questão conflituosa que desfavorece os interesses respectivos aos setores econômicos envolvidos, principalmente os do agronegócio. Mesmo assim, durante os dois últimos governos progressistas, houve maior abertura ao debate relacionado à necessidade do desenvolvimento de alternativas produtivas, visto os problemas socioambientais e socioespaciais emergentes e provenientes do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Desta forma, tentou-se intervir com algumas políticas públicas. Entre estas a de maior relevância, foi o desenvolvimento da PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), instituída no ano de 2012 sob o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Do art. 1º:

Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (Brasil, 2012)

Essa ação se constituiu em um grande avanço para o fortalecimento do enfoque agroecológico na sociedade brasileira. E assim, estando nos debates políticos do Estado e oficialmente garantindo possibilidades para a transição agroecológica territorial. Porém, após 2016, do golpe contra a Presidenta Dilma (PT), essa política e várias outras com efeitos inclusivos e com destaques sociais e ambientais, tiveram menor investimento ou foram retirados de pauta, situação que ainda piorou no ano de 2018, quando Jair Bolsonaro (PL) foi eleito.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estado do Paraná reflete a sua estrutura agrícola nos moldes do projeto do agronegócio no Brasil. Deste modo, demonstra uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras, com a utilização das áreas agricultáveis para a produção de commodities, principalmente a soja. Pode-se observar na tabela 1, que houve a diminuição do número de estabelecimentos agrícolas com o passar dos anos, o que caracteriza a concentração, ainda a substituição das lavouras permanentes pelas temporárias, intencionando a rotação de culturas, sendo que este fato é uma estratégia utilizada pelos produtores para o aumento da produção e nesse sentido, obter maior lucratividade. Da análise da tabela 1 ainda pode-se observar a substituição do trabalho humano pelos maquinários.

**Tabela 1:** Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - 1975/2017 - Paraná - 2017

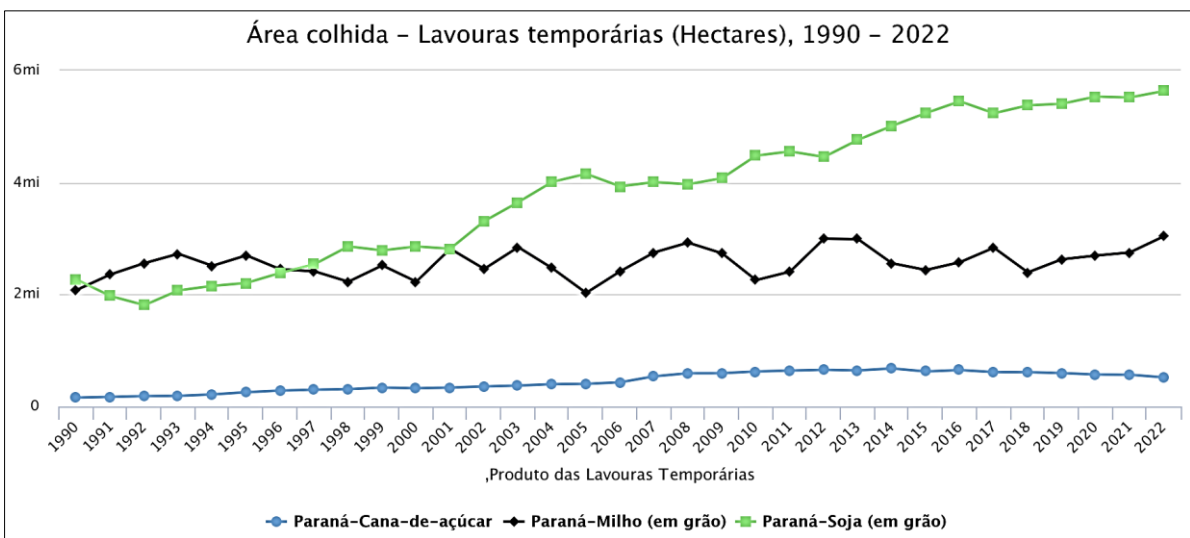
| Dados estruturais   | Censos            |                   |                   |                   |                   |                   |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|   | 1975              | 1980              | 1985              | 1995-1996         | 2006              | 2017              |
| <b>Estabelecimentos</b>                                   | <b>478 453</b>    | <b>454 103</b>    | <b>466 397</b>    | <b>369 875</b>    | <b>371 063</b>    | <b>305 154</b>    |
| <b>Área total (ha)</b>                                    | <b>15 630 962</b> | <b>16 330 330</b> | <b>16 698 864</b> | <b>15 946 632</b> | <b>15 391 782</b> | <b>14 741 967</b> |
| <b>Utilização das terras (ha)</b>                         |                   |                   |                   |                   |                   |                   |
| Lavouras permanentes                                      | 1 179 701         | 952 320           | 628 074           | 311 374           | 983 854           | 209 533           |
| Lavouras temporárias                                      | 4 447 834         | 5 132 701         | 5 434 485         | 4 789 135         | 5 528 939         | 6 093 129         |
| Pastagens naturais  | 1 683 815         | 1 534 151         | 1 422 884         | 1 377 484         | 1 315 401         | 836 166           |
| Pastagens plantadas                                       | 3 299 025         | 3 986 067         | 4 576 720         | 5 299 828         | 3 417 667         | 3 180 470         |
| Matas naturais  | 1 955 393         | 1 972 946         | 2 013 930         | 2 081 587         | 2 814 855         | 2 973 703         |
| Matas plantadas   | 407 860           | 625 662           | 819 556           | 713 126           | 619 166           | 949 327           |
| <b>Pessoal ocupado</b>                                    | <b>2 079 174</b>  | <b>1 807 826</b>  | <b>1 855 063</b>  | <b>1 287 632</b>  | <b>1 117 098</b>  | <b>846 642</b>    |
| <b>Tratores</b>   | <b>52 498</b>     | <b>81 727</b>     | <b>101 346</b>    | <b>121 827</b>    | <b>113 718</b>    | <b>166 393</b>    |
| <b>Efetivo de animais (4)</b>                             |                   |                   |                   |                   |                   |                   |
| Bovinos   | 6 587 064         | 7 893 313         | 8 574 564         | 9 900 885         | 9 118 107         | 8 397 219         |
| Bubalinos   | 11 821            | 29 462            | 57 873            | 55 426            | 23 091            | 25 434            |
| Caprinos  | 169 985           | 233 337           | 170 105           | 66 692            | 125 252           | 70 504            |
| Ovinos  | 157 233           | 236 313           | 336 123           | 574 752           | 510 478           | 434 697           |
| Suínos  | 5 888 873         | 5 649 093         | 4 482 258         | 4 026 192         | 4 569 275         | 6 215 075         |
| Aves (galinhas, galos, frangas e frangos) (1 000 cabeças) | 29 363            | 45 910            | 57 490            | 94 466            | 223 742           | 333 290           |

| <b>Produção animal</b>                    |         |         |         |           |           |           |
|---|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Produção de leite de vaca (mil l)         | 518 606 | 822 292 | 919 892 | 1 355 487 | 1 828 580 | 3 258 876 |
| Produção de leite de cabra (mil l)        | 976     | 1 453   | 2 027   | 346       | 358       | 218       |
| Produção de lã (t)                        | 82      | 123     | 211     | 415       | 205       | 128       |
| Produção de ovos de galinha ( mil dúzias) | 78 425  | 135 407 | 140 145 | 199 378   | 439 333   | 448 580   |

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975/2017.

A soja é a cultura com destaque na agricultura paranaense, sendo destinada para o mercado externo, principalmente para a utilização na produção de rações para animais em outros países. O gráfico 1 demonstra o aumento da produção de soja no estado em relação aos outros produtos. Fato que também é observado no município de Castro.

**Gráfico 1:** Paraná: Lavouras temporárias - Área colhida (hectares), 1990-2022

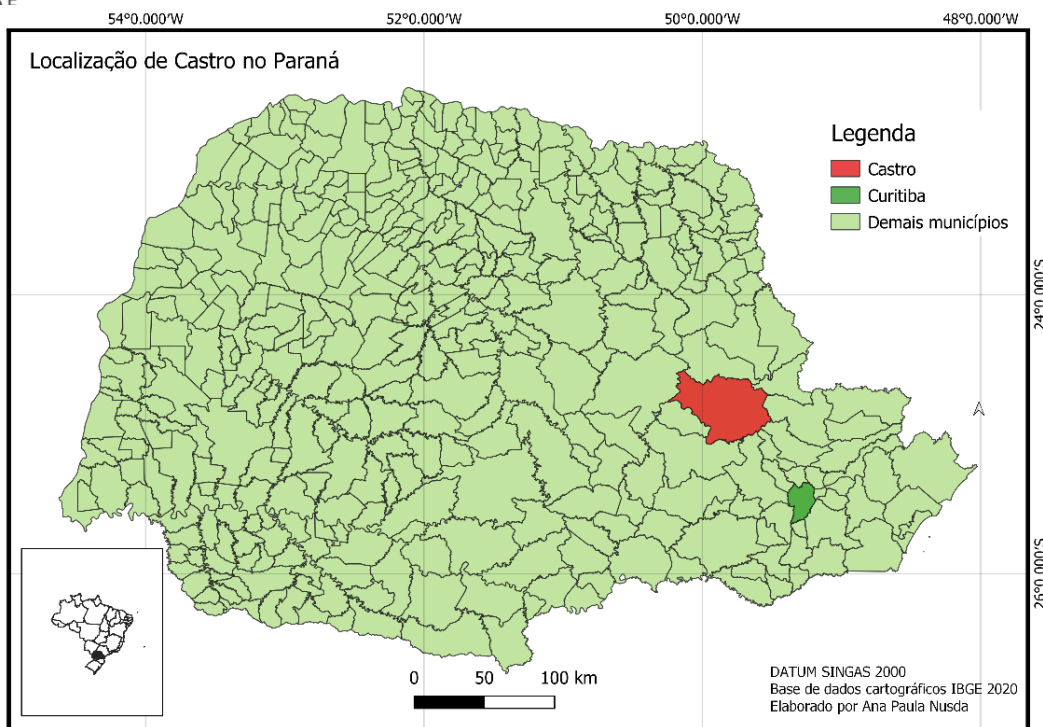


Fonte: Produção agrícola Municipal (IBGE, 2023).

O município de Castro foi instituído em 1857 e possui uma área de 2.526,147 km<sup>2</sup>, estando na terceira posição entre os maiores municípios em extensão territorial do Estado do Paraná. Está há uma distância de 156 km de distância de Curitiba, capital do estado, localizado na Mesorregião Centro Oriental Paranaense (IBGE), na denominada região dos Campos Gerais e na Região Geográfica Imediata de Ponta Grossa (IBGE).

FIGURA 1: Localização de Castro no Paraná





FONTE: Base de dados cartográficos IBGE, 2020. Organizado por NUSDA (2023).

Teve seu surgimento associado às atividades do ciclo do tropeirismo. Por situar-se no antigo “Caminho das Tropas”, foi local de paragem para os tropeiros, que seguiam de Viamão-RS a Sorocaba-SP levando gado e mercadorias. Tal atividade, propiciou o desenvolvimento dos primeiros estabelecimentos urbanos que deram origem ao município, e ainda lhe forneceu raízes para o desenvolvimento da agropecuária na região, sendo esta, desenvolvida em grandes extensões de terra originadas da divisão colonial das sesmarias e aproveitando das pastagens naturais da região, formada principalmente pelos campos nativos.

Esta estrutura se manteve até os anos iniciais do século XX, quando houve o incentivo à imigração europeia, realizado através de acordos entre os governos e empresas, propiciando uma mudança na ocupação e povoamento da região e que mais tarde transformaria também a estrutura territorial regional, pois esses indivíduos trariam consigo características culturais, sociais e econômicas peculiares. Em Castro, a maioria desses imigrantes são de origem holandesa, muitos destes, ao chegarem no município, receberam lotes de terras para se estabelecerem.

Sua economia é atualmente, baseada nas atividades e serviços agropecuários amplamente voltados ao suprimento do agronegócio, com forte elo na atuação do cooperativismo agropecuário empresarial. O município se destaca nacionalmente na produção de leite, sendo que, além deste, outros produtos formam a sua estrutura produtiva agrícola, como alguns grãos, sendo milho, soja, feijão, assim como batata e carne. Além da produção

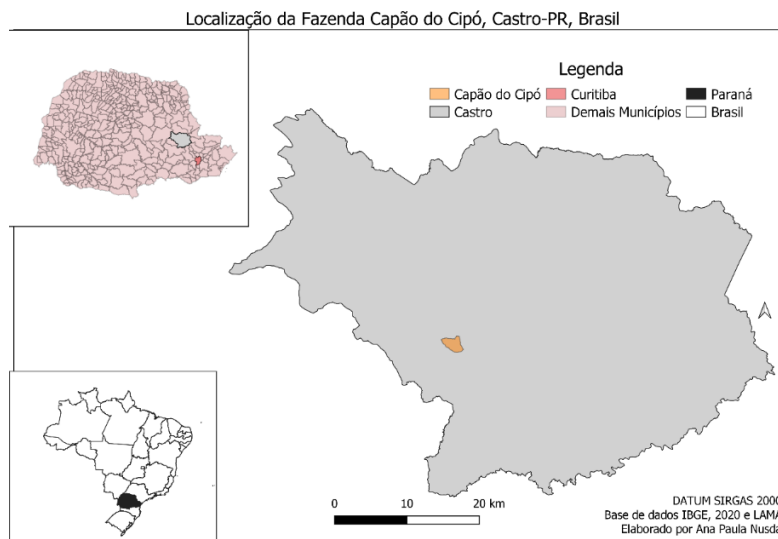
agricola, tem destaque a extração mineral, com a produção de calcário e talco e a extração florestal plantada. Observa-se que ainda existem alguns polos de desenvolvimento da agricultura de cunho familiar, representados por Comunidades Quilombolas e Assentados da Reforma Agrária.

Existe nessa região, um rico patrimônio natural, formado pela peculiar formação geológica e biológica, o que contribui para uma vasta geodiversidade regional. Tal fato, propicia ao município um promissor e já preestabelecido potencial turístico. Entretanto, devido ao avanço de atividades extrativistas e intensivas na utilização de recursos naturais, a paisagem regional encontra-se sob constante pressão e modificação (Melo; Moro; Guimarães, 2007).

Com uma área de aproximadamente 400 ha, a fazenda Capão do Cipó, área onde está estabelecido o Acampamento Maria Rosa do Contestado, pertence à União. Do ano 2000 a 2015, a área estava sendo utilizada pela Fundação ABC, uma instituição de pesquisa da iniciativa privada vinculada às Cooperativas Batavo/Frísia, Castrolanda e Capal, que tem o intuito de produzir conhecimentos científicos relacionados à agricultura convencional (moderna) e pelo Centro de Treinamento para Pecuaristas (CTP), organização sem fins lucrativos, ligada à ABC.

A concessão de uso dessa fazenda, da União para a Instituição, se dava em regime de comodato, e que havia se encerrado no ano de 2014 sem haver renovação, motivo pelo qual os camponeses ocuparam a área no dia 24 de agosto do ano de 2015 como uma forma de denunciar a utilização irregular da área pela Instituição já mencionada.

Figura2: Localização da área onde está estabelecido o Acampamento Maria Rosa do Contestado.



Desde a consolidação do Acampamento, houve o acordo entre os agricultores e agricultoras de que naquela área seria implantado um território agroecológico, tendo hoje a certificação de produção 100% agroecológica e recebendo apoio técnico do Laboratório de Mecanização Agrícola (LAMA) e da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), ambos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Oito anos após a ocupação, os integrantes deste território, resistem na terra e na luta, demonstrando que tais territorialidades de resistência, podem ser alternativas para um “escape” social para camponeses e camponesas e também para a promoção de territórios agroecológicos autossustentáveis, que podem contribuir para a alimentação tanto segura e soberana dos povos do campo e da cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do debate aqui proposto, conclui-se que as medidas e intencionalidades voltadas para a construção de territórios alternativos aos do modelo de desenvolvimento predominante, o qual é caracterizado por uma estrutura concentradora de riquezas e que degrada o ambiente constantemente, são extremamente relevantes e podem constituir em novas formas de apropriação socioespaciais no campo brasileiro.

Os problemas destacados e que são provenientes do modo de produção capitalista no campo, ressaltam a necessidade de uma abordagem mais sustentável e equilibrada na agricultura, que considere não apenas a produtividade, mas também a preservação do meio ambiente e a justiça social. Estratégias como a Agroecologia e a Reforma Agrária Popular são fundamentais para lidar com essas questões e minimizar os impactos da modernização agrícola.

A atuação e representatividade do MST perpassa a luta pela terra, pois seus objetivos elevam-se a outros patamares, sendo estes, relativos à educação, saúde, justiça social e ambiental. Seus territórios se contrapõem aos do agronegócio, sendo assim, podem contribuir para a reterritorialização camponesa e também para a produção de alimentos livres de agrotóxicos, ambientalmente limpos, saudáveis e com preços justos para que possam chegar à mesa de brasileiros e brasileiras.

## **Referências**

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentavel**. 2012. 3ª ed. SP, RJ: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400 p.



ALTIERI, M. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID19. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Ed. especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. Vol. 57, p. 245-257, jun. 2021.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **A Agroecologia em tempo de Covid-19**. Disponível em: <https://www.clacso.org/a-agroecologia-nos-tempos-do-covid-19/> Acesso em: 10/08/2023

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em 29/09/2023

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009. 30 p.;

CARNEIRO, F.F., et al. (Org.), **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos de agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2015.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008. 414 p.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. **Revista NERA**. n. 1, maio 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495> Acesso em: 03 mai 2023.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 8, n. 6 p. 14 - 34 Jan./jun. 2005

FERNANDES, B. M.; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do campo)

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012, 61 p.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. 332 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO, Mário; MORO, Rosemeri S.; GUIMARÃES, Gilson, B.. Os Campos Gerais do Paraná. In: **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. MELO, Mário S.; MORO, R.; GUIMARÃES G. B.. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2007



PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013

ROSAS, C. A. F. Considerações sobre a questão agrária paranaense, territorialidades e realidades no contexto dos campos gerais. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**. Presidente Prudente, nº 104, Ago/2016. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_8\\_2016.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_8_2016.pdf). Acesso em: 17/02/2023

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.